



Comissão aprova indicação de Alexandre de Moraes para o STF

Marcos Oliveira/Agência Senado



Escolhido para o cargo de ministro do Supremo agora terá de passar pelo crivo do Plenário do Senado, que decidirá em votação marcada para as 11h de hoje

Após quase 12 horas de sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o ministro da Justiça licenciado, Alexandre de Moraes, teve aprovada sua indicação para o Supremo Tribunal Federal por 19 votos a 7. A

palavra final cabe ao Plenário, que votará hoje. Moraes afirmou que o ativismo judicial não é bom para a democracia e garantiu ter as qualidades necessárias para ocupar a vaga deixada pelo ministro Teori Zavascki, morto no mês passado.

Alexandre de Moraes (E) ouviu o relator da indicação, Eduardo Braga (D), ao lado de Edison Lobão (D), que priorizou perguntas de cidadãos

Indicado responde a perguntas enviadas por cidadãos pelo Portal e-Cidadania

Senadores questionam sobre maioria penal, crise nas prisões e foro privilegiado

2 e 3

Eunício recebe agenda de interesse dos industriais

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem convite para o lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria 2017*, que traz 130 pontos de interesse do setor para discussão

no Congresso. Entre eles, está o projeto que regulamenta a terceirização. O convite foi feito pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Beto Studart. **4**

Jonas Pereira/Agência Senado



Eunício Oliveira (D) em reunião com representantes de entidades do setor industrial sobre a agenda para a área



Deputado Nilson Leitão, relator, e senadores Cidinho Santos e Lúcia Vânia

Avança medida que amplia prazo para concessão de rádios

Comissão mista aprovou ontem relatório sobre a medida provisória que prorroga o prazo para renovação de concessões de rádio e TV. A

medida, que ainda precisa ser aprovada nos Plenários da Câmara e do Senado, concede 90 dias para as emissoras regularizarem a situação. **4**

Legislativo precisa ser eficiente, diz Pimentel em evento de câmaras

Para elaborar leis que melhor atendam a população, o Legislativo precisa ser eficiente, disse ontem José Pimentel, ao abrir o 1º Congresso Nacional das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais. O evento reuniu mais de 100 participantes, entre vereadores, diretores e servidores das câmaras. **4**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Primeiro-secretário do Senado, José Pimentel (D) abre congresso para capacitar câmaras municipais

Repatriação de recursos pode ser votada hoje em Plenário **4**

Projeto põe fim a questionamentos sobre validade de contrato público **4**

Indicação de Moraes ao STF passa em comissão e vai para o Plenário

Indicado por Temer, ministro licenciado foi sabatinado por quase 12 horas na Comissão de Constituição e Justiça, onde condenou o "ativismo judicial" e defendeu mudanças nas Dez Medidas contra a Corrupção

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a indicação do ministro da Justiça licenciado, Alexandre de Moraes, para o Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão final caberá ao Plenário do Senado, que votará a indicação hoje, às 11h. Ele recebeu 19 votos favoráveis e 7 contrários. O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), não votou. A votação foi secreta. Moraes foi questionado pelos senadores por quase 12 horas, na sabatina mais longa de um candidato ao STF dos últimos anos. No primeiro questionamento, feito pelo relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), com base em perguntas de cidadãos, Moraes respondeu sobre sua tese de doutorado, segundo a qual

membros do governo não deveriam ser nomeados para o STF, pois poderiam atuar a favor dos "padrinhos". Caso a ideia fosse adotada, ele seria afetado, pois chefiava o Ministério da Justiça. Moraes disse que a tese estava no contexto de uma discussão acadêmica e sugeria uma reforma do STF com diversos outros pontos. Ele disse que não via sua nomeação como um favor e que atuará com respeito às responsabilidades do cargo e do tribunal. — Julgo-me capaz de atuar com imparcialidade e neutralidade. Quando alguém é honrado com a posse como ministro do Supremo, deve ter como único objetivo aplicar o que a Constituição determina, e ela é apartidária. Além disso, disse que sua tra-



Moraes responde às perguntas dos senadores, observado pelo presidente da comissão, Lobão, e pelo relator da indicação, Braga

jetória profissional o qualifica para o posto, uma vez que, tendo trabalhado como advogado, promotor de Justiça e membro de governos, conhece "todos os lados do balcão" da Justiça. Um problema apontado por Moraes foi o "ativismo judicial", que consiste em juízes agindo como legisladores, interpretando as leis de forma subjetiva e preenchendo lacunas no arcabouço legal com seus pontos de vista. Um exemplo, disse Moraes, foi

quando o STF declarou a inconstitucionalidade da cláusula de barreira para partidos. Na ocasião, avaliou ele, o STF substituiu uma opção legítima do legislador. Para ele, há ferramentas para suprir deficiências da lei (como os mandados de injunção), e um ambiente saudável necessita de um Judiciário autônomo e juízes independentes, mas também de um STF imparcial. — Doutrinadores apontam enorme perigo à democracia e

à vontade popular na utilização exagerada do ativismo judicial. Ele garantiu que "não há desmonte" da Lava Jato e disse que o ministério reforçou a equipe da operação. Lembrou que assinou as dez medidas do Ministério Público contra a corrupção, mas declarou-se contra algumas e defendeu o papel do Congresso no "aprimoramento da matéria". No início da reunião, Lobão rejeitou três pedidos de adiamento da sabatina feitos pela oposição.

Lindbergh tem dúvidas sobre isenção no cargo

Lindbergh Farias (PT-RJ) questionou a isenção de Moraes para ocupar o cargo de ministro de STF. — Me julgo capaz de atuar com absoluta imparcialidade e neutralidade e dentro do que determina a Constituição, sem vinculação político-partidária — disse Moraes.

Sociedade critica a indicação, diz Gleisi Hoffmann

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lembrou a Alexandre de Moraes que várias entidades e a própria opinião pública se manifestaram contra a indicação dele para o cargo de ministro do STF. Ele, no entanto, disse ser apoiado por instituições importantes de âmbito nacional.



Vanessa lembra tese contrária a ministro para STF

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o principal argumento contra a indicação de Moraes foi dado por ele próprio, quando defendeu que o ministro de Estado não pudesse ser indicado a vaga do STF. Moraes justificou que era apenas sugestão acadêmica.

Segurança pública preocupa Benedito de Lira

Questionado por Benedito de Lira (PP-AL) sobre segurança pública, Moraes defendeu a parceria entre União e estados. Segundo ele, o Ministério da Justiça vai nessa direção. — Mas o grande problema é o narcotráfico. O crime não é só transnacional, mas transpartidário, mas transpartidário.



Armando questiona sobre crise fiscal

Armando Monteiro (PTB-PE) questionou Moraes sobre a crise fiscal dos estados. O indicado ao STF classificou como um desafio aos três Poderes, fruto de modelo federativo que aumentou a competência dos governos estaduais, mas sem o suporte de aumento na arrecadação.

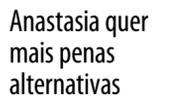


Aloysio pede menos liminares monocráticas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se mostrou preocupado com as decisões liminares monocráticas, proferidas por um só ministro do Supremo Tribunal Federal. Moraes respondeu que as supremas cortes seguem o princípio da colegialidade (decisões coletivas).

Regina Sousa menciona abuso de autoridade

Em resposta à senadora Regina Sousa (PT-PI) Moraes apoiou mudanças na Lei de Abuso de Autoridade desde que não incriminem a interpretação de delegados, procuradores e juízes quanto aos indícios que permitem a instauração dos processos. Moraes disse que o problema talvez não seja o foro, mas o número de inquéritos e a capacidade de dar vazão a eles.



Anastasia quer mais penas alternativas

A adoção de penas alternativas depende menos de dinheiro do que de vontade política, disse Moraes, em resposta a Antonio Anastasia (PSDB-MG). — Só haverá revolução nos presídios quando deixarmos de prender muito e mal, para prender qualitativamente — avaliou.



Aécio aborda harmonia entre os três Poderes

Aécio Neves (PSDB-MG) questionou Moraes sobre o chamado ativismo judicial e a harmonia entre os Poderes. Em resposta, Moraes lembrou que a Constituição traz mecanismos para esse tipo de ação, como o mandato de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade.



Valadares indaga sobre prisões após nova lei de drogas

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) perguntou sobre a lei de drogas de 2006, que subiu o número de prisões. Moraes disse que a lei ficou no meio do caminho por não distinguir entre usuário e traficante ligado a facção criminosa. Para ele, o usuário não deve ir para a prisão.



Malta cobra posição sobre maioria penal

Magno Malta (PR-ES) indagou o indicado sobre a maioria penal. Moraes defendeu a maioria penal. Moraes defendeu a maioria penal. Moraes defendeu a maioria penal.



Simone aponta problema de terras indígenas

A proposta que proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas e transfere a autorização para atividades-fim e não apenas para atividades-meio, mas não adiantou opinião.

Indicado responde a perguntas enviadas por cidadãos

Na sabatina, Alexandre de Moraes foi questionado a respeito de pontos polêmicos de sua biografia. As perguntas vieram de cidadãos, enviadas por meio do Portal e-Cidadania, e foram usadas pelo relator, Eduardo Braga. Foram 1.400 perguntas e manifestações da sociedade. Moraes negou ter ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa de São Paulo. Os cidadãos quiseram saber se ele trabalhou como advogado de integrantes da quadrilha. Segundo Moraes, o escritório do qual era sócio representava uma cooperativa de transportes que emprestou uma garagem para um evento político. Compareceram a esse evento duas pessoas que eram investigadas por relações com o PCC. Segundo Moraes, o escritório não tinha conhecimento do evento ou da presença dos investigados. Outro tema levantado pelos cidadãos foi a acusação de que Moraes plagiou trechos de uma obra espanhola. Ele afirmou que seu livro apenas cita trechos de decisões do Tribunal Constitucional da Espanha, que são públicas. Os internautas quiseram saber sobre a acusação de que Moraes teria omitido a atuação profissional de sua mulher como advogada perante o STF — ela é sócia de um escritório que trabalha em áreas do escopo da Corte. Moraes afirmou que não há vinculação entre o STF e o trabalho de Viviane de Moraes, visto que ela é profissional liberal e não trabalha para o tribunal. Ele disse que, caso depare no STF com um processo do escritório de Viviane, vai se declarar impedido.

Fátima Bezerra ressalta denúncia de plágio

Fátima Bezerra (PT-RN) quis saber a postura de Moraes quanto à Lava Jato e à denúncia de que cometeu plágio. Ele respondeu que nunca foi acusado de plágio. Negou que tenha vazado dados da Lava Jato e disse que foi inocentado na Comissão de Ética da Presidência.



Medeiros destaca financiamento das polícias

José Medeiros (PSD-MT) perguntou sobre o contingenciamento do orçamento para segurança pública. Moraes apontou a necessidade de uma nova forma de financiamento sem aumento de impostos, conforme estudo encaminhado pelo Ministério da Justiça.

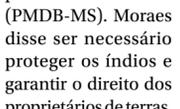


Roberto Rocha: município deve reforçar segurança

Roberto Rocha (PSB-MA) perguntou sobre a possibilidade de os municípios arcarem com mais ações de segurança pública. Moraes apoiou a ideia e disse que as guardas municipais poderiam agir de forma mais coordenada com as polícias civil e militar no policiamento diário.

Simone aponta problema de terras indígenas

A proposta que proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas e transfere a autorização para atividades-fim e não apenas para atividades-meio, mas não adiantou opinião.



Agripino indaga sobre bloqueio do WhatsApp

José Agripino (DEM-RN) repassou indagação de jovens sobre bloqueio do WhatsApp determinado por juízes. Moraes lamentou falta de colaboração nas investigações criminais, disse que o bloqueio é autorizado no Marco Civil da Internet e que há proposta de exigir sede no país.



Terceirização é preocupação de Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) quis saber a opinião de Moraes sobre a terceirização de trabalhadores. Moraes disse que o julgamento está empatado no STF quanto a autorizar a terceirização também para atividades-fim e não apenas para atividades-meio, mas não adiantou opinião.

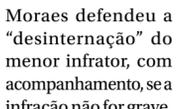


Pimentel lembra que STF derrubou cláusula de barreira

Em resposta a José Pimentel (PT-CE), Moraes afirmou que o STF "substituiu opção legítima do legislador" ao declarar inconstitucional a cláusula de barreira. Pimentel lembrou que a cláusula foi aprovada pelo Congresso em 1995, mas considerada inconstitucional pelo Supremo.

Hélio José quer avaliar intenação de menor infrator

Hélio José (PMDB-DF) elogiou a atuação de Moraes como ministro da Justiça e o questionou sobre a eficiência dos albergues usados por menores infratores. Moraes defendeu a "desinternação" do menor infrator, com acompanhamento, se a infração não for grave.



Paulo Bauer pergunta sobre função do CNJ

Em resposta a Paulo Bauer (PSDB-SC), Moraes, afirmou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não exerce função jurisdicional, o que cabe ao STF. O indicado disse não ser possível que o CNJ declare a inconstitucionalidade de leis.



Eduardo Lopes quer mulheres no Judiciário

Em resposta ao senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), que apontou desigualdade entre o número de homens e mulheres em atividade no Judiciário, Moraes ressaltou que houve aumento na quantidade de mulheres que ingressaram na magistratura nas últimas três décadas.



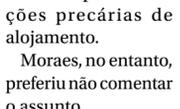
Rose de Freitas cobra agilidade da Justiça no país

Rose de Freitas (PMDB-ES) quis saber qual modelo de Justiça Moraes acredita ser mais factível para agilizar o trabalho do Judiciário e ajudar no esgotamento da pauta do Supremo Tribunal Federal. Moraes citou as práticas de mediação e conciliação para desafogar a Justiça.



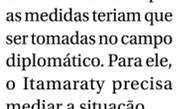
Garibaldi destaca ativismo do Judiciário

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) indagou se um ativismo judicial prejudicaria a segurança do Legislativo. Moraes afirmou que a ação da Justiça não substituiu o Legislativo e destacou que a complementaridade entre os Poderes forma o Estado democrático de direito.



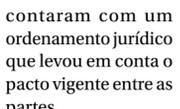
Provas ilícitas são questão para Eduardo Amorim

Eduardo Amorim (PSDB-SE) perguntou sobre o uso da prova ilícita em casos de corrupção, proposto pelo Ministério Público. Moraes disse que o princípio da prova ilícita é um avanço na Justiça, um arrendamento poderia dar espaço a práticas ilícitas para conseguir provas.



Crise em presídio é levantada por José Maranhão

José Maranhão (PMDB-PB) tratou da recente crise do sistema penitenciário e disse que essa questão pode trazer mais problemas para o país nos próximos anos. Moraes afirmou não haver dúvidas que o Brasil precisa de um novo modelo de segurança pública.



Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Sugino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: @SenadoFederal — facebook.com/SenadoFederal
 Tel.: 0800 612211 — Av. N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal, 70165-920, Brasília, DF

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazilio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

MP da concessão de rádio é aprovada em comissão

Emissoras de rádio e TV com concessões vencidas e sem pedido de renovação terão 90 dias para regularizar a situação. Medida ainda precisa ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 747/2016 aprovou ontem, por unanimidade, o texto do relator, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), para a proposta, que prorroga o prazo para renovação de concessões e permissões de rádio e TV. Leitão incluiu no texto original a possibilidade de as emissoras de rádio comunitária também se beneficiarem do novo prazo.

De acordo com a MP, as emissoras que estão com concessões vencidas e que ainda

não apresentaram o pedido de renovação poderão regularizar a situação no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo de 90 dias contados a partir da data da publicação da lei. Antes da MP, o prazo para o pedido de renovação ocorria entre seis e três meses anteriores ao término da outorga.

Atualmente, as concessões de radiodifusão têm duração de 10 anos, no caso das rádios, e de 15 anos, no caso das TVs. De acordo com a Constituição,

compete ao governo outorgar e renovar as concessões. Cabe ao Congresso apreciar a decisão do Executivo.

Durante a reunião, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) propôs a formação de um grupo para debater, em março, questões relativas às rádios comunitárias não atendidas na MP.

O relatório ainda será votado pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. A relatoria será da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO).



Jucá fala na comissão, diante do relator, Nilson Leitão, do presidente, Cidinho Santos, e da relatora-revisora, Lúcia Vânia

Guerra de liminares em contratos públicos pode acabar

A guerra de liminares, que muitas vezes atrasa a execução de políticas públicas, pode chegar ao fim se for aprovado projeto que está na pauta de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De Antonio Anastasia (PSDB-MG), o PLS 349/2015 prevê a possibilidade de ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa. A iniciativa teria efeito *erga omnes* (que vale para todos).

A relatora, Simone Tebet

(PMDB-MS), destaca que o projeto ajuda a resolver incertezas jurídicas em licitações. Segundo ela, em geral, os licitantes inabilitados, desclassificados ou não declarados vencedores judicializam a discussão sobre a validade do procedimento e do contrato. Para reduzir a incerteza jurídica da administração, a ação visa obter declaração de que o ato ou o contrato é válido.

O mecanismo é semelhante à ação declaratória de constitucionalidade (ADC), só que

voltado à validade de atos ou contratos.

O projeto ainda delimita a responsabilidade do agente público aos casos de dolo ou culpa grave (erro grosseiro). Para resolver “um problema da incerteza do direito”, destaca Simone, a proposta exclui a responsabilização em caso de adoção de entendimento dominante à época da prática do ato.

Como terá decisão terminativa na CCJ, o projeto, se aprovado, pode ir diretamente para a Câmara dos Deputados.

Pimentel defende eficiência do Legislativo em congresso

O primeiro-secretário do Senado, José Pimentel (PT-CE), ressaltou ontem, na abertura do 1º Congresso Nacional das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais, a importância do evento como oportunidade para estruturar melhor as mais de 5 mil câmaras existentes no país, capacitando vereadores, diretores e servidores. A iniciativa é da Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais (Fenalegis).

— O trabalho do Legislativo, que começa nas câmaras municipais, é dar esperança

à população por meio de leis que levem à superação das dificuldades e, para isso, é necessário haver eficiência.

O senador destacou o impacto da PEC do Teto de Gastos e a reforma da Previdência, em tramitação na Câmara. Ex-ministro da pasta no governo Lula, ele falou sobre as resistências à reforma e afirmou que o debate para construir uma saída precisa envolver todas as esferas do Legislativo.

O diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Helder Rebouças, falou sobre a importância do Inter-

legis para a cooperação com os Legislativos municipais. O presidente da Fenalegis, Antonio Fernandes, disse que o evento, com mais de 100 participantes, entre vereadores, presidentes e servidores de câmaras municipais, é oportunidade para fortalecer os Legislativos locais. A importância desse intercâmbio foi ressaltada pelo presidente da Câmara Municipal de Angra dos Reis (RJ), Zé Augusto. O congresso, que aborda temas como transparência, prerrogativas e responsabilidades do vereador, termina hoje.

Senadores devem votar hoje no Plenário repatriação de recursos não declarados

O projeto de lei que abre um novo prazo para a regularização de recursos que são mantidos no exterior sem a declaração às autoridades tributárias (PLS 405/2016) deve ser votado na sessão do Plenário do Senado marcada para as 11h de hoje.

A votação estava prevista para ontem, mas acabou não ocorrendo por causa da sabatina de Alexandre de Moraes, indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF). A sabatina se estendeu por todo o dia.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que não haverá atraso que prejudique governadores e prefeitos. Parte dos recursos arrecadados pelo governo federal com a repatriação será destinada aos cofres



Eunício Oliveira diz que estados e municípios não serão prejudicados

estaduais e municipais.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), previu que haverá longo debate:

— Há uma corrente significativa do Senado que entende que devemos ter acesso aos beneficiários da repatriação. Essa discussão vai dominar os debates.

MP libera R\$ 100 milhões para ações das Forças Armadas em segurança pública

O Congresso Nacional vai analisar medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 100 milhões para o Ministério da Defesa. A MP 769/2017 foi editada ontem pelo presidente Michel Temer.

Os recursos vão custear o emprego das Forças Armadas em segurança pública e em presídios nos estados. Metade vai para a atuação em presídios. Em janeiro, o governo federal baixou decreto autorizando os militares

a inspecionar dependências carcerárias em busca de armas, celulares e drogas.

Os outros R\$ 50 milhões serão empregados nos estados. Tropas já estão patrulhando as ruas do Rio de Janeiro e de cidades do Espírito Santo.

A MP 769 será analisada na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e depois nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

(Com a Agência Câmara)

Indústria pede análise de projetos de interesse do setor, como o da terceirização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, foi convidado ontem para participar do lançamento da *Agenda Legislativa da Indústria 2017*, em 28 de março. O convite foi feito pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Beto Studart, acompanhado de representantes do setor.

A agenda traz 130 pontos de interesse da indústria para discussão no Congresso. Entre eles, o projeto que prevê o

fim de norma do Ministério do Trabalho sobre segurança em máquinas e equipamentos (PDS 43/2015) e o que regulamenta a terceirização (PLC 30/2015).

Sobre a terceirização, Eunício disse que conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para agilizar a votação do PL 4.302/1998, que também trata do tema e já foi aprovado pelo Senado.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CCJ Advocacia-Geral da União
10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem reunião com 40 itens. Na pauta, a PEC 125/2015, que fixa critérios para escolha do advogado-geral da União.

PLENÁRIO Indicado ao STF
11h Na pauta, análise do nome de Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>